

PROJETO DE LEI N° 4892/2021

INSTITUI O PROGRAMA DE CIRCULAÇÃO SEGURA DE ANIMAIS SILVESTRES NAS ESTRADAS, RODOVIAS E FERROVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Deputado FLAVIO SERAFINI

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Constituição e Justiça; Defesa e Proteção dos Animais; Defesa do Meio Ambiente; Transportes; Obras Públicas; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 22.09.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO - PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o programa de circulação segura de animais silvestres nas estradas, rodovias e ferrovias do estado do Rio de Janeiro, para assegurar a redução de atropelamentos, acidentes e óbitos desses animais nas vias públicas.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

Animal silvestre: são animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha, conforme a Lei Federal 5197/1967.

Fauna silvestre exótica: animais pertencentes às espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro, incluindo assim o ERJ, ainda que introduzidas, pelo homem ou espontaneamente, em ambiente natural. Incluem-se as espécies asselvajadas, excetuando-se as espécies migratórias;

Fauna silvestre nativa: animais pertencentes às espécies cujas populações originalmente vivem em vida livre, migratórias ou não, aquáticas ou terrestres, cuja distribuição geográfica original inclui o território brasileiro, incluindo assim o ERJ, ou suas águas jurisdicionais;

Medida mitigadora: são aquelas estabelecidas antes da instalação do empreendimento, e visam à redução dos efeitos provenientes dos impactos ambientais negativos gerados por ele.

Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS): todo empreendimento autorizado, somente de pessoa jurídica pública ou privada, com finalidade de receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar e reabilitar espécimes da fauna silvestre nativa proveniente de resgates para fins, preferencialmente, de programas de reintrodução dos espécimes no ambiente natural.

Art. 3º - Projetos de novas estradas, rodovias e ferrovias; Estudos de Viabilidade Técnica e Ambiental e Estudos de Impacto Ambiental relativos ao planejamento, construções, reformas e duplicação de estradas, rodovias e ferrovias, futuros trechos de concessão e renovações de concessões de qualquer destes empreendimentos, deverão prever o monitoramento de animais silvestres atropelados, a adoção de medidas mitigadoras para reduzir o número de acidentes envolvendo animais silvestres, atendimento veterinário para os animais silvestres feridos por atropelamentos e implementação de novos Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) ou fortalecimento de CRAS regional existente.

Art. 4º - Para os fins previstos nesta Lei, devem ser adotadas pelo menos as seguintes medidas mitigadoras para redução do número de acidentes com animais silvestres nas estradas, rodovias e ferrovias do Estado do Rio de Janeiro:

I - Adoção de Cadastro Estadual Público de acidentes com animais silvestres, através da parceria da Secretaria de Estado do Ambiente, INEA, DER-RJ e universidades, com a concepção de banco de dados no qual sejam registrados todos os incidentes desta natureza, bem como, demais informações de pesquisa e localização das estradas, rodovias e ferrovias do Estado do Rio de Janeiro; sujeitando-se a regulamentação posterior.

II - Fiscalização e monitoramento constante nas áreas de maior incidência de atropelamentos de animais silvestres, identificadas a partir de estudos e dos dados do Cadastro Estadual, com o fortalecimento das estruturas de instituições já existentes, para a celebração de acordos e convênios com profissionais capacitados.

III - Implantação de medidas que auxiliem a travessia da fauna silvestre, tais como: instalação de placas sinalizadoras e redutores de velocidade, passagens aéreas ou subterrâneas com respectivas cercas condutoras, passarelas vegetadas, pontes, cercas e fiscalização eletrônica.

IV - Promover ações continuadas e permanentes de educação ambiental que visem a sensibilização dos motoristas e da população lideira, visando a redução no número de acidentes com animais silvestres.

V - Implementação de Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) para atendimento veterinário especializado em animais silvestres, recuperação do animal, soltura ou manutenção em cativeiro, para fauna silvestre exótica e/ou caso o animal apresente lesão permanente que impeça seu retorno a vida natural.

§1º Em se tratando de Unidades de Conservação, com estradas, rodovias ou ferrovias em seu interior ou entorno imediato, e não previstas no plano de manejo, são necessárias a implantação e o monitoramento permanente de medidas mitigadoras.

Art. 5º - Em até 2 (dois) anos as estradas, rodovias e ferrovias estaduais e municipais deverão se adequar, após estudos específicos, às

regras concernentes as medidas mitigadoras constantes desta Lei.

Art. 6º - Os animais domésticos necessitam de atendimento e recolhimento diferenciado dos animais silvestres, por contas das especificidades biológicas, ecológicas e do atendimento veterinário especializado, sendo assim não são atendidos por esta Lei.

Art. 7º - O não cumprimento das obrigações impostas sujeitará o responsável as sanções a partir da Lei Estadual 3467/2000.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2021.

Deputado FLÁVIO SERAFINI

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Centro Brasileiro de Ecologia de Estradas (CBEE, 2021) morrem cerca de 475 milhões de vertebrados silvestres por ano, contatando com anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Entre os mamíferos estão gambás, ouriços-cacheiros, capivaras, cachorros-domato, onças, macacos, morcegos e lobos-guarás (BUENO et al., 2015; NOVAES et al 2018). Os animais de grande porte além de morrerem por atropelamento, muitas vezes acabam causando graves acidentes com perdas de vidas humanas também. A região sudeste concentra 56% deste total. Mais de 10 mil registros já foram realizados no Estado do Rio de Janeiro, atingindo cerca de 413 diferentes espécies contabilizados pela professora e pesquisadora Dra. Cecília Bueno, somando apenas três rodovias monitoradas. Podemos considerar que este número é muito maior, já que pouco se conhece dos atropelamentos no Estado. Diante do número de grande impacto é evidente a importância de projetos que ofereçam passagens seguras para essas espécies. Atualmente, no Rio de Janeiro, apenas um viaduto de fauna vegetado foi construído e as poucas passagens são, em sua maioria, túneis que cruzam as rodovias e ferrovias por baixo e sem monitoramento, além de cordas suspensas que pouco ajudam a travessia segura da fauna arboreícola.

Os viadutos de fauna são comuns em países da Europa e da América do Norte. É uma alternativa mais abrangente para a preservação de espécies de animais. Além de garantir o fluxo da fauna local, o viaduto possibilita a integração dos fragmentos de vegetação localizados nos dois lados da via. A afirmação é do Ibama, que explica que, às margens da ferrovia que recebeu o viaduto, há vegetação em processo de recuperação. Nesse caso, o viaduto também contribui para a flora nativa da região.

A equipe de licenciamento do Ibama também vem solicitando outras medidas de redução de impacto ambiental. O órgão menciona algumas delas:

- Aumento dos vãos de pontes e redução dos aterros nos encabeçamentos. Assim, minimiza-se interferências sobre a vegetação localizada nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Isso reduz o efeito barreira sobre a fauna (contenção dos animais).

- Transposição de cursos d'água com APPs preservadas por meio de pontes, não bueiros. Essa medida reduz interferências sobre a vegetação das APPs e sobre a fauna.

- Implantação de passagens de fauna subterrâneas e aéreas.

- Inclusão de passagens secas permanentes para a fauna sob pontes.

- No caso do Ramal Ferroviário Sudeste do Pará, a equipe de licenciamento solicitou que os segmentos fora de túneis em que a ferrovia intercepta a Floresta Nacional de Carajás fossem feitos em desnível (por meio da construção de viaduto elevado e do prolongamento de pontes), medida que garante a livre circulação da fauna sob a ferrovia.

Em âmbito estadual, no que tange a fauna atropelada, não há uma padronização nas condicionantes previstas no licenciamento das estradas/rodovias/ferrovias, o que acarreta em poucas ações de mitigação nos atropelamentos de fauna silvestre. Ao todo são 38 Unidades de Conservação sob a gestão do INEA, que representam cerca de 477.339 hectares (posição em 2018) de áreas preservadas, sendo muitas delas cortadas e/ou margeadas por essas estruturas lineares e quase nenhuma passagem específica para fauna é identificada, não sendo possível mensurar o tamanho real desses impactos.

Outra questão importante é o atropelamento de animais domésticos, como gatos, cachorros, cavalos e bois, que embora sofram com os atropelamentos em rodovias, estradas e ferrovias, não estão incluídos nesta Lei, por terem formas de resgate e destinos diferentes dos animais silvestres, não sendo adequado reuni-los, por uma questão sanitária e de conservação. O destino também é diferente, sendo então necessário uma Lei separada para os domésticos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Proposição.

PROJETO DE LEI N° 4893/2021

FICA PROIBIDO O FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, NA MODALIDADE NÃO PRESENCIAL, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Deputado FLAVIO SERAFINI

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Constituição e Justiça; Educação; Ciência e Tecnologia ; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 22.09.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO - PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RESOLVE:

Art. 1º - Fica proibido o funcionamento de cursos de graduação de nível superior de Fisioterapia e Terapia Ocupacional na modalidade não presencial no âmbito do Estado.

Art. 2º - A fiscalização do disposto no art. 1º é de competência da Secretaria de Educação do Estado, sem prejuízo de atuação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público Estadual e de demais instituições incumbidas do cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta lei terá sua aplicação regulamentada pelo Executivo no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2021.

Deputado FLAVIO SERAFINI

JUSTIFICATIVA

O ensino não presencial é modalidade educacional prevista nas leis brasileiras na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Para tanto, os estudantes e professores desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos - conforme preconiza o caput do artigo 1º do Decreto Federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Decreto Lei 9.057 de 25.05.2017 que define em seu Art. 3 a criação, a organização, a oferta e o desenvolvimento de cursos não presenciais observarão a legislação em vigor e as normas específicas expedidas pelo Ministério da Educação.

Em que pese sua relevância para a facilitação do ensino em um país e de dimensões continentais, como o Brasil, é necessário realizar uma ponderação sobre os limites e alcances do ensino não presencial em determinadas áreas do conhecimento que exigem um contato direto entre os profissionais e pessoas, no caso em tela, dos profissionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Ressalte-se a importância do ensino presencial na formação desses profissionais. Como a própria natureza de tais ofícios exige um contato direto entre o paciente e o profissional, não há como imaginar e proceder, um ensino sem uma relação direta entre aluno e professor. Só esta relação é capaz de garantir uma vivência autêntica, em situações reais, durante a formação acadêmica.

As competências e habilidades dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais estão diretamente relacionadas com o cuidar do ser humano e consistente na intervenção eficaz mediante ações inter-relacionadas, competências atitudinais, procedimentais e conceituais. Tais fatores que não podem ser replicados pelo simples e puro estudo teórico à distância, principalmente quanto à necessidade de estágio supervisionado e práticas laboratoriais.

Nesse mesmo sentido a Resolução nº 515, do Conselho Nacional de Saúde, de 3 de junho de 2016, in verbis:

"Posicionar-se contrário à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde, ministrado na modalidade educação à distância - EAD -, pelos prejuízos que tais cursos podem oferecer a qualidade da formação de seus profissionais, bem como pelos riscos que estes profissionais possam causar a sociedade de imediato, a médio e a longos prazos, refletindo uma formação inadequada e sem integração ensino/serviço/comunidade."

Como se vê, os cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, pelas suas peculiaridades e características de integração com o ser humano, não se identificam com a modalidade de ensino não presencial. Não por acaso, o art. 7º da Resolução Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior - CNE/CES - nº4/2002, versa que:

"A formação do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional deve garantir estágios curriculares, sob supervisão docente. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá atingir 20% da carga horária total."

Os estados possuem competência concorrente para legislar sobre educação e ensino, devendo exercer sua competência legislativa complementar, a fim de tratar sobre o tema da autorização de programas de ensino para a oferta de educação não presencial.

A Comissão de Educação e Pesquisa do Crefito-2 formalizar sua preocupação com a oferta de graduações não presenciais, nas profissões da área da saúde, em especial na Fisioterapia e na Terapia Ocupacional, por ser insuficiente à plena formação para o adequado exercício profissional e atenção de qualidade à sociedade.

A deliberação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que se posicionou contrário à autorização da criação de cursos de graduação da área da saúde, ministrado na modalidade de ensino não presencial, foi apoiada pelas Comissões de Educação desta Autarquia, pois

acreditamos que a formação do terapeuta ocupacional e do fisioterapeuta é, fundamentalmente, teórico-prática e só desta forma podemos construir um perfil ético, competente, com habilidade para o cuidado ao paciente e interação em equipes multi e interdisciplinares.

O entendimento sobre a formação em Fisioterapia ou em Terapia Ocupacional exige habilidades, competências e atitudes profissionais que requerem contato direto com docentes e pacientes, em condições e ambientes reais, referentes aos conhecimentos específicos para prática profissional nas diferentes áreas de atuação e em todos os níveis de atenção à saúde, em cenários reais e não virtuais, para o pleno desenvolvimento profissional;

Fundamentado nas considerações supracitadas, preocupado com a formação profissional de egressos de graduação na modalidade não presencial e com a qualidade futura da assistência profissional dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, é o que motiva e justifica esse Projeto de Lei que impede, no âmbito do ensino superior, as graduações em Fisioterapia e em Terapia Ocupacional no Estado Rio de Janeiro.

PROJETO DE LEI N° 4894/2021

DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO (CEDAE) PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Deputado GUSTAVO SCHMIDT

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Constituição e Justiça; Servidores Públicos; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle .

Em 22.09.2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO - PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RESOLVE:

Art. 1º Os empregados públicos do quadro permanente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), após conclusão das Concessões de água e esgoto até então administradas pela CEDAE, serão geridos pela Secretaria de Estado de Planejamento do Governo do Rio de Janeiro, até que se conclua a ampliação da captação, adução e distribuição do sistema de abastecimento d'água da Baixada Fluminense, assim como sejam definidos os municípios do interior que ficarão sob a operação da CEDAE.

Parágrafo único Para os efeitos desta Lei, considera-se empregado público o agente público que ingressou na Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) mediante concurso público de provas ou provas e títulos.

Art. 2º Os empregados públicos da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), mediante opção, em tal período, serão colocados à disposição nos órgãos e entidades do Governo do Rio de Janeiro, garantida a irredutibilidade salarial.

Art. 3º Incumbe ao Poder Executivo disciplinar as normas de aproveitamento provisório dos empregados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) em processo de concessão.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021.

Deputado GUSTAVO SCHMIDT

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa a amparar os trabalhadores concursados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) no processo de concessão que atravessa a empresa. Cabe destacar a situação alarmante que o Estado do Rio de Janeiro passa atualmente atingindo 1,6 milhão de habitantes desempregados no primeiro trimestre do ano.

Sabe-se que os direitos adquiridos, a garantia dos contratos de trabalho e a proibição de alteração dos contratos em prejuízo ao trabalhador, encontram-se positivados também na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, in verbis:

Art. 10 - Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados. [...] Art. 448 - A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados. [...] Art. 468 -Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

O presente Projeto de Lei, ao garantir o aproveitamento dos empregados nos órgãos da Administração Pública Direta e Entidades do Governo do Rio de Janeiro, além de socialmente justa, pretende-se reaparelhar a força de trabalho dos referidos órgãos e entidades, e desta forma atender ao princípio da Administração Pública da eficiência. Cabe ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro teve redução de seus quadros de servidores de 2014 a 2021 de mais de 56.000 (cinquenta e seis mil) trabalhadores, que corresponde a uma redução de 23% no número de servidores nos últimos 7 anos.

Fonte: Caderno de Recurso Humanos (Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUBGEP)

Entendemos não haver óbices à aprovação da proposição em exame, vez que não traz qualquer descumprimento das exigências impostas pelas normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial os dispositivos orçamentários e financeiros da Constituição Federal, da Lei Orgânica e da Lei Complementar no 101, 2000, muito menos em relação à Lei de Improbidade Administrativa no 8.429, de 1992.

Vale ressaltar que esta proposição, além de garantir a opção a Programa de Desligamento Voluntário - PDV, observadas as normas vigentes, dispõe que fica a cargo da Secretaria de Planejamento do Governo do Rio de Janeiro dispor da melhor forma de reaproveitar concursados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Estima-se que após o Programa de Desligamento Voluntário - PDV a força de trabalho da companhia ficará em torno de 2.500 a 3.000 trabalhadores; foi divulgado pela mídia que o Estado do Rio de Janeiro se pronunciou dizendo que a CEDAE, na nova modelagem do BNDES, necessitará de aproximadamente 1.500 funcionários. A realocação dos demais 1.000 a 1.500 funcionários nos quadros do Estado do Rio, corresponderia a reposição de aproximadamente 2% a 3% do déficit dos quadros de servidores.

Ademais, com amparo em princípios laborais constitucionais e com esteio em normas de Direito Internacional, legítima esta proposição a fim de dirimir as consequências advindas e as práticas a serem adotadas na esfera trabalhista, decorrentes do processo de concessão, tais como regras quanto à dispensa e aproveitamento de empregados, à luz de todo arcabouço jurídico multicitado, voltado para a proteção ao empregado e à dignidade da pessoa humana.

Cabe ressaltar que uma das alternativas para realocação dos funcionários da CEDAE nos quadros do Estado do Rio de Janeiro se baseia legalmente no Decreto Estadual nº 32.532 de 26 de dezembro de 2002 que versa sobre a cessão de servidores e empregados públicos na administração estadual direta e indireta.

A aprovação do presente Projeto de Lei ajudaria a realocação de trabalhadores que dedicaram sua trajetória profissional ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e que se encontram angustiados e ansiosos por decorrência da incerteza sobre o seu futuro na CEDAE, e consequentemente o impacto financeiro e social causado em suas famílias. Há perspectivas de que ainda em 2021 seja demitida aproximadamente 50% da força de trabalho da CEDAE. Destes trabalhadores, 78% da força de trabalho está acima dos 45 anos de idade, sendo 75% destes trabalhadores aproximadamente da área operacional. Em uma conjuntura de pandemia causada pelo coronavírus, de crise econômica no Estado do Rio de Janeiro o cenário para estes trabalhadores é de grande incerteza.